



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

ATA DE REUNIÃO

Data: 15/06/2026

Horário:
13h30m

Local: Videoconferência
(Aplicativo ZOOM)

Participantes:

Dra. Vaneska da Silva Baruki
Dra. Marina Cardoso Buchdid
Dr. Gustavo Braga Carvalho
Cleiton Alexandre Carvalho
Charlles Silva Reis
Diego César Santos
Fernando César Lemes Júnior
Irismar Dantas de Souza
Leir Gomes da Silva
Wenderson Francisco dos Santos
Waldivino Liberato Vieira Neto

Desenvolvimento da reunião:

Aos 15 (quinze) dias do mês de junho de 2026, às 13h30min, realizou-se reunião ordinária do Comitê Orçamentário e de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, previamente agendada, por meio de videoconferência (aplicativo Zoom), a pedido da Coordenadora, Dra. Vaneska da Silva Baruki, acompanhada de sua assistente, Morgana Gabrielly Tavares Martins.

A reunião foi aberta pela Coordenadora, que deu início aos trabalhos conforme a pauta previamente estabelecida.

1. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

A Coordenadora, Dra. Vaneska, comunicou aos presentes o ingresso da Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Marina Cardoso Buchdid, como representante da Presidência no Comitê Orçamentário e de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado de Goiás, em substituição à Dra. Jussara Cristina Oliveira Louza.

Informou, ainda, a indicação da servidora Ilana Mara Borges Barreto dos Santos como nova suplente do membro Waldivino Neto.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

2. REAVALIAÇÃO DOS VALORES DAS DIÁRIAS DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

A Coordenadora, Dra. Vaneska, indagou ao Diretor Financeiro, Sr. Irismar, bem como à Dra. Marina Cardoso Buchdid, acerca da existência de estudos ou projetos voltados à atualização dos valores das diárias destinadas aos magistrados e servidores.

Com a palavra, a Juíza Auxiliar da Presidência cumprimentou os presentes e informou que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás permanece submetido à auditoria realizada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Esclareceu que, embora ainda não exista previsão para encerramento dos trabalhos, o Tribunal já apresentou toda a documentação solicitada e permanece observando rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo órgão de controle.

No que se refere às diárias, informou que os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de estudos criado para viabilizar a atualização dos valores encontram-se em estágio avançado. Todavia, ressaltou a necessidade de cumprimento de etapas complementares, especialmente a realização de estudo de impacto financeiro e eventual necessidade de anuência ou autorização do CNJ para implementação das alterações pretendidas.

Em seguida, o Sr. Irismar esclareceu que a Diretoria Financeira também se encontra abrangida pela auditoria em andamento, razão pela qual aguarda as deliberações do Conselho Nacional de Justiça para posterior elaboração dos cálculos de impacto financeiro.

Restaram também respondidos os questionamentos formulados pelo membro Wender-son acerca dos seguintes temas: I – indenização de férias; II – pagamento de ajuda de custo relacionado aos Projetos Justiça Ativa (JA) e Programa Pró-Júri; III – plantões judiciais.

3. ENCONTRO REGIONAL REALIZADO NA COMARCA-SEDE DE IPORÁ/GO

O membro Cleiton informou que representou o Sindjustiça no Encontro Regional promovido pela Corregedoria-Geral da Justiça, sediado na Comarca de Iporá/GO.

Relatou que a atividade transcorreu de forma tranquila, registrando-se poucas indagações por parte dos servidores presentes.

4. RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA – ENCONTRO REGIONAL DE ITUMBIARA/GO

4.1. Apresentação dos resultados da consulta pública realizada durante o Encontro Regional sediado na Comarca de Itumbiara/GO.

4.2. Áreas apontadas como prioritárias para aplicação dos recursos orçamentários do Poder Judiciário do Estado de Goiás, com foco no primeiro grau de jurisdição:

- Pessoal (pagamento de salários, benefícios e encargos sociais);



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

- Tecnologia da Informação, com destaque para modernização dos sistemas, equipamentos e segurança digital;
- Investimentos em infraestrutura física das unidades judiciárias;
- Capacitação continuada de magistrados e servidores;
- Programas e projetos voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e ao atendimento da população;
- Assistência social e fortalecimento das políticas de atendimento aos usuários do sistema de justiça.

4.3. Principais sugestões apresentadas pelos participantes:

- Ampliação dos investimentos em tecnologia e atualização dos equipamentos de informática;
- Fortalecimento da política de capacitação dos servidores diante da constante implantação de novos sistemas;
- Valorização dos recursos humanos e melhoria das condições de trabalho;
- Aperfeiçoamento da infraestrutura das unidades judiciárias;
- Fortalecimento de projetos sociais, programas de acesso à justiça e iniciativas voltadas à população em situação de vulnerabilidade;
- Aprimoramento da gestão dos depósitos judiciais e dos espaços destinados à guarda de bens apreendidos.

5. RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA – ENCONTRO REGIONAL DE GOIANÉSIA/GO

5.1. Apresentação dos resultados da consulta pública realizada durante o Encontro Regional sediado na Comarca de Goianésia/GO.

5.2. Áreas apontadas como prioritárias para aplicação dos recursos orçamentários do Poder Judiciário do Estado de Goiás, com foco no primeiro grau de jurisdição:

- Pessoal (pagamento de salários, benefícios e encargos sociais);
- Tecnologia da Informação;
- Investimentos em infraestrutura física;
- Capacitação de magistrados e servidores;
- Programas e projetos institucionais;
- Assistência social;
- Custeio das unidades judiciárias.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

5.3. Principais sugestões apresentadas pelos participantes:

- Valorização dos servidores e aprimoramento da política remuneratória;
- Ampliação do número de servidores, estagiários e terceirizados para atendimento da demanda processual;
- Aumento do quantitativo de analistas em comarcas com elevado volume de processos;
- Fortalecimento dos investimentos em tecnologia da informação, com modernização dos equipamentos e sistemas informatizados;
- Melhoria da infraestrutura dos fóruns, incluindo reformas, ampliação de espaços físicos e implantação de estacionamentos cobertos;
- Fortalecimento das ações de capacitação e treinamento dos servidores;
- Criação e ampliação de programas voltados à saúde ocupacional, qualidade de vida e bem-estar de magistrados e servidores;
- Implementação de projetos de sustentabilidade e eficiência energética;
- Fortalecimento dos programas de acesso à justiça e atendimento à população vulnerável;
- Aprimoramento das condições de trabalho dos oficiais de justiça;
- Ampliação de ferramentas de pesquisa jurídica e apoio à atividade jurisdicional.

A Coordenadora determinou que sua assessora elaborasse relatório consolidado contendo os resultados dos encontros regionais realizados até o momento, para apresentação na próxima reunião do Comitê.

6. PROAD Nº 202306000416309 – SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Na sequência, foi dada ciência aos membros acerca do despacho proferido pela Presidência no âmbito do PROAD nº 202306000416309, nos seguintes termos:

“Mantenho, por ora, o modelo de vigilância atualmente adotado por este Tribunal, diante da ausência de alteração substancial do cenário orçamentário que fundamentou a reestruturação anteriormente implementada, sem prejuízo da possibilidade de avaliação pontual e individualizada de situações excepcionais, mediante provocação fundamentada, análise de risco, estimativa de impacto financeiro, indicação de disponibilidade orçamentária e manifestação das unidades técnicas competentes.”

Em complemento, a Dra. Vaneska relembrou a deliberação da reunião anterior, oportunidade em que o Dr. Gustavo esclareceu que eventuais solicitações para implementação de novos postos de segurança deverão ser objeto de abertura de procedimento administrativo específico (PROAD).

Ressaltou que a medida se aplica a situações excepcionais, observadas as peculiaridades de cada unidade judiciária, uma vez que não se mostra viável, neste momento, a alteração global do contrato de segurança atualmente vigente.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

7. PROAD Nº 202606000750456 – PARTICIPAÇÃO DA EJUG NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA (LOA 2027)

A Coordenadora apresentou, para ciência dos membros, o expediente encaminhado pelo Diretor da Escola Judicial do Estado de Goiás – EJUG, Desembargador Jeronymo Pedro Villas Boas, por meio do PROAD nº 202606000750456, no qual solicita a participação da Escola Judicial nas reuniões preparatórias destinadas à elaboração da Proposta Orçamentária Setorial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para o exercício de 2027.

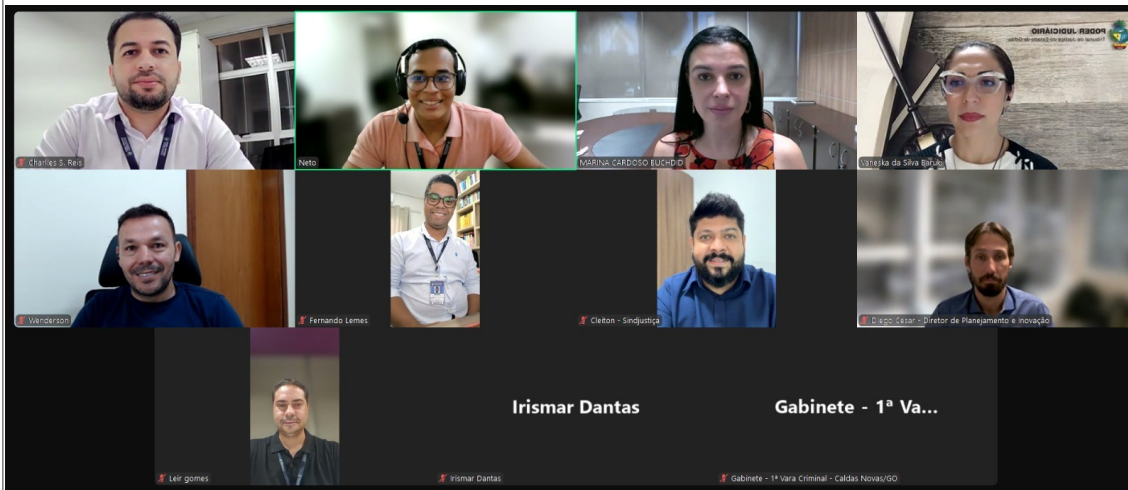
A Dra. Vaneska esclareceu que, no ano anterior, pleito semelhante foi submetido à apreciação do Comitê, razão pela qual entendeu necessária a realização de análise comparativa entre o pedido atual e o anteriormente formulado, a fim de verificar eventual identidade entre as pretensões apresentadas.

Na sequência, questionou acerca do cronograma de elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2027, ao que a Dra. Marina informou não dispor, naquele momento, de informações precisas sobre o início das tratativas, comprometendo-se a apresentar retorno oportunamente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será juntada aos autos do respectivo procedimento administrativo e arquivada nos termos regimentais.

Eu, Waldivino Liberato Vieira Neto, lavrei a presente ata, que segue assinada.

Registro:



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 128184212607 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202205000339371 (Evento nº 51)

VANESKA DA SILVA BARUKI

MAGISTRADO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 18:01

MARINA CARDOSO BUCHDID

MAGISTRADO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA - MARINA CARDOSO BUCHDID

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 12:37

GUSTAVO BRAGA CARVALHO

MAGISTRADO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 13:54

CLEITON ALEXANDRE CARVALHO

ESCREVENTE JUDICIÁRIO I

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 12:48

CHARLLES SILVA REIS

ESCREVENTE JUDICIÁRIO III

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 13:42

DIEGO CESAR SANTOS

DIRETOR(A) DE ÁREA

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 17:51

FERNANDO CÉSAR LEMES JÚNIOR

OFICIAL DE JUSTICA-AVALIADOR JUD. I

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 30/06/2026 às 15:53

IRISMAR DANTAS DE SOUZA

DIRETOR FINANCEIRO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 15:04

LEIR GOMES DA SILVA

COORDENADOR DE ASSESSORAMENTO DA DPI

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 12:41

WENDERSON FRANCISCO DOS SANTOS

SECRETÁRIO(A) DA DIRETORIA DO FORO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 14:05

WALDIVINO LIBERATO VIEIRA NETO

COORDENADOR ADJUNTO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/06/2026 às 11:59

